

# Adiada audiência sobre a Braskem com presidente da Petrobras

Nova data ainda será marcada; estatal detém 36,1% do capital total e 47% do seu capital votante da empresa

Foi cancelada a audiência pública com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, prevista para ontem (15) na Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC).

Prates foi chamado para falar sobre a investigação de danos ambientais causados em Maceió (AL) pela petroquímica Braskem, empresa na qual a Petrobras detém 36,1% do capital total e 47% do seu capital votante. Nova data para a audiência ainda será marcada.

O depoimento do presidente da Petrobras é esperado em um contexto de preocupação crescente com questões ambientais e de responsabilidade corporativa. A comissão de Fiscalização e Controle do Senado busca esclarecimentos sobre os eventos em Maceió e como a Petrobras está respondendo a essas alegações de da-

nos ambientais.

Segundo técnicos do Serviço Geológico do Brasil, que investigaram o caso desde o início do desastre ambiental, o afundamento de solo em quatro bairros da capital alagoana se deve ao processo predatório de extração de sal-gema pela Braskem. Milhares de famílias acabaram expulsas de suas residências e indenizadas em valores que são questionados por entidades e parlamentares, entre eles o senador Renan Calheiros.

Foi o senador alagoano, inclusive, o autor do requerimento de convocação de Prates à comissão para explicar com detalhes como a Petrobras está lidando com o caso, uma vez que como acionista detém quase metade das cotas. Calheiros disse na ocasião da aprovação do requerimento que se Prates não comparecesse solicitaria

uma CPI para o caso.

As razões do adiamento da audiência não foram esclarecidas pela comissão nem o setor de imprensa do Senado, que se limitou a informar que será marcada outra data. Não deixou de haver a audiência, portanto, por não comparecimento do presidente da Petrobras, mas por razões não divulgadas.

O caso envolvendo a Braskem em Maceió chamou a atenção nacional e internacional devido às alegações de que a atividade industrial da empresa teria causado problemas ambientais significativos na região. O depoimento de Jean Paul Prates é aguardado com expectativa, uma vez que ele é uma figura central no cenário da indústria petroquímica no país.

## INDENIZAÇÕES

Grande expectativa está



Depoimento de Jean Paul Prates é esperado em contexto de preocupação com questões ambientais

sendo também direcionada às indenizações da petroquímica às suas vítimas – dezenas de milhares de famílias – e ao governo do estado. O senador Renan Calheiros quer que os valores já pagos sejam revisados e o estado seja indenizado em valores justos.

A Braskem já oficializou contratos de indenização com a Prefeitura de Maceió que somam R\$ 2,7 bilhões, mas em relação ao estado não apresentou até agora

nenhuma proposta. O governador Paulo Dantas aponta diversas obras que estavam em andamento ou construídas que foram interrompidas ou abandonadas e pede que a Braskem repare as perdas.

O Movimento das Vítimas da Braskem (MUVB) argumenta que as indenizações pagas não são suficientes para adquirir imóveis análogos aos que os moradores dos bairros atingidos possuíam e, por conta disso,

inúmeras famílias foram morar na periferia de Maceió ou municípios da região metropolitana.

Nesse aspecto, o senador Renan Calheiros aponta que cidades como Satuba, que registraram grande incremento populacional no último Censo, deveriam também receber indenização, uma vez que terão de ofertar serviços inesperados para maior número de pessoas, o que vai exigir maiores investimentos das prefeituras.

## Governo do Estado apresenta propostas de valorização dos servidores da educação



AGÊNCIA ALAGOAS

Reunião do Governo de Alagoas com Sinteal ocorreu no salão de despachos do Palácio Floriano Peixoto

O Governo de Alagoas, por meio das secretarias de Estado do Planejamento (Seplag) e da Educação (Seduc), apresentou um pacote de propostas que atende parte das demandas do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinteal). O objetivo é garantir uma política continuada de valorização dos professores e servidores do ensino público estadual. Uma parcela da categoria paralisou as atividades desde a semana passada, mesmo com a manutenção da mesa de negociação com os sindicatos do serviço público estadual e a confirmação do reajuste de 5,79%, dividido em duas vezes, a primeira já programada para o próximo mês.

Dentro do processo de negociação, o governador Paulo Dantas, pessoalmente, já participou de pelo menos duas reuniões com representantes dos servidores, avançando no atendimento à pauta de reivindicações.

“O Governo nunca parou de negociar e buscar uma saída que contemple a valorização e as reivindicações dos servidores, mas que também respeite a Lei de Responsabili-

dade Fiscal. Alagoas não quer voltar para aquele passado de salários atrasados. Estamos indo até onde a segurança financeira e legal nos permite”, analisou o secretário estadual de Planejamento, Gabriel Albino, que recebeu o Sinteal na segunda-feira, ao lado da ex-secretária de Educação e atual secretária do Gabinete Civil, Roseane Vasconcelos.

Entre as medidas apresentadas, estão: o atendimento aos pedidos de progressão salarial e ampliação de carga horária, e um acordo para pagamento das férias no início de janeiro de cada ano. “Avançamos muito e a negociação continua. Somente esta semana já estivemos com o Sinteal em duas oportunidades. Temos muito interesse em resolver essa situação, pois este é um governo que dialoga com os sindicatos. Na nossa impressão, uma greve, neste momento, destoa de todo o processo de negociação que temos mantido”, acrescentou o secretário.

“Já no próximo mês vamos ter o pagamento da primeira parcela do acordo, fora que a pauta que nós apresentamos ao Sinteal oferece uma série

de benefícios que terminam sendo um reajuste indireto para a ampla maioria da categoria”, lembrou Albino. Somente no primeiro semestre, 2.791 processos para aumento de carga horária foram validados e 10.775 pagamentos de férias já foram efetuados em 2023.

Na reunião entre Sinteal, Seduc e Seplag, na segunda-feira (14), ainda ficou estabelecida uma proposta para gratificação aos coordenadores pedagógicos, bem como a garantia da revisão da legislação que visa aumentar o valor da gratificação de Difícil Acesso. Quanto à mudança de letra, todos os profissionais receberão os valores retroativos. O mesmo vale para o auxílio deslocamento, sujeito a estudo sobre as condições de acesso às escolas da rede estadual de ensino.

Além desses benefícios já confirmados, foi instituído um grupo de trabalho para revisar o Plano de Cargos e Carreira da Educação para oferecer alternativas de médio prazo, bem como tratar da promoção de um concurso público para a Educação.

## Senado autoriza empréstimo de até US\$ 15 milhões para Alagoas

### AGÊNCIA SENADO

O Senado aprovou o PRS 78/2023, que autoriza o estado de Alagoas a contratar empréstimo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 15 milhões. Os recursos provenientes dessa operação serão destinados ao financiamento parcial do Programa Alagoas Mais Digital – Transformação Digital do Governo do Estado de Alagoas. O projeto segue para promulgação. Segundo o senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator na

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o programa possui também objetivos específicos que buscam melhorar a efetividade governamental na transformação digital por meio de aumento das capacidades digitais mediante o aumento da satisfação e a redução de custo para o cidadão no uso de serviços públicos. A iniciativa também visa ampliar o acesso aos serviços públicos digitais, com foco especial nos setores de educação e saúde. A intenção é disponibilizar de forma mais eficiente e abrangente esses

serviços e essenciais, proporcionando maior comodidade e agilidade para os cidadãos. De acordo com a proposta, as datas de pagamento dos encargos financeiros e dos desembolsos podem sofrer alterações em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual. Os desembolsos ocorrerão ao longo de cinco anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato de empréstimo.

Ainda segundo o projeto, será autorizada a garantia dos empréstimos ao estado de Alagoas, desde que sejam atendidas determinadas condições, como o cumprimento das condições especiais estabelecidas antes do primeiro desembolso. Além disso, o Ministério da Fazenda deve verificar a adimplência financeira do estado com a União, ou seja, se os pagamentos dos débitos estão em dia, assim como a regularidade no pagamento de precatórios. As medidas visam garantir a segurança e a estabilidade financeira do estado de Alagoas no contexto dessa operação de crédito. O prazo máximo para implementação dessa autorização é de 540 dias, contados a partir de sua publicação.



### CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa de Produção e Trabalho dos Jornalistas e Gráficos do Estado de Alagoas, – JORGRAF, CNPJ 08.951.056/0001-33, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, conforme artigo 23, CONVOCA todos os seus cooperados, que nesta data são em número de 52 (cinquenta e dois), para reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária, com as pautas abaixo discriminadas, a ser realizada no dia 25 (vinte e cinco) de agosto do corrente ano, na Av. Menino Marcelo, 9350 - prédio empresarial Umberto I, sala 28, térreo - Serraria, cep: 57.046.000 nesta cidade de Maceió – Alagoas, às 15:00 (quinze horas) em 1ª (Primeira) convocação, com o mínimo de 2/3 (dois terços) dos cooperados em condições de votar; às 16:00 (dezesseis horas) em 2ª (Segunda) Convocação, com metade mais um do número de cooperados em condições de votar e às 17:00 (dezessete horas) em 3ª (Terceira) e última convocação, com o mínimo de 20% (vinte por cento) do total de sócios em condições de votar, que nesta assembleia é de 11 sócios.

- 1 - Mudança de endereço fiscal da JORGRAF.
  - 2 - Reforma do estatuto.
  - 3 - Autorização para contratação junto as instituições financeiras, de cheque especial e outras operações de créditos.
  - 4 - Deliberação sobre o não pagamento por parte da Cooperativa de Prod e Trab dos Jornalistas e Gráficos do Estado de Alagoas, do décimo terceiro salário e do piso salarial da categoria dos Jornalistas e dos Gráficos.
  - 5 - Outros assuntos de Interesse da Cooperativa
- Maceió-(AL), 15 de agosto de 2023  
José Paulo Gabriel dos Santos  
Presidente

